



EMBAIXADA DE ANGOLA

LISBOA-PORTUGAL

SERVIÇOS DE IMPRENSA

**RESENHA DE IMPRENSA
ANGOLANA**

27 de Agosto 2021

SEXTA - FEIRA, 27 DE AGOSTO DE 2021

Presidente da República está em Saurimo

Saurimo - O Presidente da República, João Lourenço, chegou na manhã de hoje (sexta-feira), à Saurimo, Lunda Sul, onde vai inaugurar três fábricas de delapidação de diamantes.

A sua chegada, acompanhado da primeira-dama, Ana Dias Lourenço, o Chefe de Estado recebeu cumprimentos de boas vindas do governador provincial, Daniel Neto, entre outras individualidades.

Proveniente da vizinha Lunda Norte, o Presidente da República vai também se inteirar do funcionamento das diferentes instituições do pólo industrial de lapidação de diamantes. As três fábricas de lapidação de diamantes, a serem inauguradas, têm capacidade para lapidar cinco mil e 508 quilates mês.

O pólo vai permitir ao país desenvolver a bolsa de diamantes, reduzir o garimpo e elevar a capacidade de lapidação que deverá atingir os 20 por cento do total da produção diamantífera em Angola.

O projecto, com um investimento de 77 milhões de dólares, na primeira fase, vai contar com quatro fábricas de lapidação de diamantes, que se vão juntar as quatro já existentes no país. Construída numa área de 305.185.74 metros quadrados, a infraestrutura está dividida em três áreas principais, comercial, industrial e a reservada para central híbrida.

A propósito, o governador Daniel Neto enalteceu a construção do pólo industrial de lapidação de diamantes na

provincia, por ser um ´´ pólo de desenvolvimento arquitectónico, económico, turístico e social`´. (ANGOP)++++

PR inaugura pólo de desenvolvimento diamantífero na Lunda Sul

Saurimo - O Presidente da República, João Lourenço, inaugurou esta sexta-feira, em Saurimo, Lunda Sul, o Pólo de Desenvolvimento Diamantífero, com três fábricas de lapidação de diamantes.

Trata-se das fábricas "Kapu Gems", com a capacidade para lapidar cinco mil quilates/mês, "Stardiam" (508 quilates mês) e "KGK" (12 mil quilates/mês). Com uma área de mais de 300 mil metros quadrados, o Pólo, um investimento inicial na ordem de 77 milhões de dólares, está dividido em três áreas, nomeadamente, comercial, industrial e a reservada para a central híbrida.

A área comercial constituiu o núcleo de acesso público com lojas, restaurantes, praça de alimentação, bancos, repartições fiscais, escritórios, centro de convenções, escola técnico profissional, posto médico e edifício para acomodação.

A área industrial é composta por 26 lotes de diferentes dimensões, destinados à implantação de um centro de formação de lapidação de diamantes, fábricas de lapidação e indústrias do ramo diamantífero. Ainda em construção, o Pólo contará também com vários espaços para arrendamento nas áreas comercial e industrial.

Podem concorrer para a obtenção de espaços no Pólo, empresas públicas e privadas que desenvolvem a actividade mineira, assim como repartições fiscais e instituições prestadoras de serviços à indústria mineira, como bancos e seguradoras.

Bolsa de Diamantes

A criação do Pólo vai permitir ao país desenvolver a Bolsa de Diamantes, mas também aumentar a produção, reduzir o garimpo e elevar a capacidade de lapidação, que deverá atingir os 20 por cento do total da produção diamantífera do país.

A Bolsa de Diamantes, cujo processo de implementação decorre desde 2019, vai operar como principal centro de venda dos diamantes produzidos no país, com base na experiência de comercialização utilizada em outros países.

Localizado a quatro quilómetros da cidade de Saurimo, o Pólo, na sua plenitude, vai garantir cinco mil postos de trabalho. Actualmente, grande parte dos diamantes extraídos em Angola ainda são comercializados no exterior do país.

Angola tem, desde 2019, quatro fábricas de lapidação de diamantes, nomeadamente, Angola Polishing Diamonds, APD, SPD e Pedra Rubra. (ANGOP)++++

PR ausculta membros da sociedade civil

Dundo - O Presidente da República, João Lourenço, manteve esta quinta-feira, no Dundo, Lunda Norte, encontros separados com membros da sociedade civil, no quadro da visita de dois dias a essa província do leste do país.

Nos encontros, o Chefe de Estado abordou, entre outras, questões de âmbito social e económico que afligem os habitantes da Lunda Norte.

Em declarações à imprensa, no final do encontro, o bispo da Diocese do Dundo, Dom Estanislau Chindekasse informou que a ocasião serviu para falar sobre o melhoramento das vias rodoviárias e de comunicação. Entre os temas abordados entre o Presidente João Lourenço e Dom Estanislau Chindekasse estiveram também o abastecimento de água potável e o incentivo à agricultura.

"O Chefe de Estado tomou nota das inquietações apresentadas", observou.

O empresário Muzanguissa Fernando, em representação da classe na Lunda Norte, afirmou ter apresentado as dificuldades que enfrentam no processo de desenvolvimento industrial. Disse que as sugestões apresentadas ao Titular do Poder Executivo foram levadas em consideração e terão solução.

Já o soba do município do Chitato, Tchicalo Lambo "Kambinza", disse à imprensa ter apresentado a inquietação relativa aos salários atrasados das autoridades tradicionais e à falta de emprego para os jovens.

O soba referiu-se à disposição do Presidente João Lourenço em ajudar a ultrapassar algumas situações que afectam as comunidades, sobretudo as relacionadas com a distribuição de água potável, serviços de saúde e o ensino.

Ainda no quadro das audiências, o Presidente João Lourenço recebeu José Muacabalo, presidente de direcção do Sagrada Esperança da Lunda Norte, campeão do Girabola 2021. O Presidente da República realiza, desde a manhã desta quinta-feira, uma visita de trabalho de dois dias à província da Lunda Norte. (ANGOP)++++

PR inteira-se das obras da barragem do Luachimo

Dundo - O Presidente da República, João Lourenço, inteirou-se, esta quinta-feira, do grau de execução física e financeira das obras de ampliação da barragem hidroeléctrica do Luachimo, um dos maiores projectos energéticos do Leste do país.

Avaliadas em mais de 212 milhões de dólares, por via de uma linha de crédito da China, as obras em curso desde 2018 vão elevar de 8,4 para 34 megawatts (MW) a capacidade energética fornecida pela infra-estrutura, tornando a província da Lunda Norte a mais iluminada da região Leste do país.

Em declarações à ANGOP, à margem da visita, o director da obra, Joaquim Costa, informou que o projecto apresenta uma execução física na ordem dos 72 por cento, com previsão de ensaios de duas das quatro turbinas ainda este ano.

"A tomada de água está com uma execução física acima dos 75 por cento, as obras civis 90%, a câmara de carga 80%, a central eléctrica 70%, a restituição em torno dos 80%, a subestação, com obras civis e instalação dos equipamentos, na ordem dos 95% e a montagem dos equipamentos mecânicos em

torno dos 60%", referiu. De acordo com o responsável, devido ao incumprimento financeiro por parte do financiador do projecto, o Banco Chinês Industrial And Comercial Bank Of China, que já financiou mais de 80 por cento, regista-se desde o segundo semestre de 2020 uma queda no ritmo das obras, o que obrigou a reestruturação do cronograma da execução, que previa a sua conclusão este ano.

Explicou que até, ao primeiro semestre de 2020, o projecto previa uma execução média normal em torno de 2.7 por cento de obra/mês, estando, neste momento, cifrada a volta de 0,4%, prevendo-se, por isso, a conclusão da mesma apenas em 2022. Por outro lado, disse que a barragem vai gerar uma potência (34 megawatts) superior a necessidade local, ou seja, deverá restar cerca de 50 por cento da energia produzida como reserva.

A entrada em funcionamento desse projecto energético, que contará com uma central composta por quatro grupos geradores de 8.5 megawatts cada, num total de 34, vai permitir a expansão de energia em benefício de 186 mil residentes na cidade do Dundo e nos municípios de Cambulo e Lucapa, incluindo as localidades de Fucauma, Cassanguidi, Luxilo e Calonda.

Para além das ligações domiciliares, que na primeira fase vão beneficiar mais de nove mil famílias, o projecto prevê cerca de 30 ligações industriais. Em termos de mão-de-obra, o projecto emprega mais de 200 funcionários, entre nacionais (85%) e estrangeiros (15%).

Características da barragem do Luachimo

A barragem, construída em 1957 pela então Companhia de Diamantes de Angola (Diamang), vai ser transformada numa infra-estrutura moderna e tecnologicamente adequada aos padrões internacionais.

A infra-estrutura terá um edifício de 300 metros de comprimento e 18,6 de altura, uma albufeira com um volume de 2.500 metros cúbicos e uma estrutura de betão compactado a cilindro. Possui um descarregador de fundo, um canal de adução de água para a central principal, câmara de cargas,

descarregador de superfície e uma tomada para central ecológica. O canal possui o comprimento total de aproximadamente 649 metros e a central uma área de 2.280 metros quadrados.

A central principal, que receberá água a partir de uma queda útil de 16 metros de altura, possui quatro grupos geradores, com 8.5 megawatts cada, e quatro turbinas do tipo Klapp S 230 Rpm, com 96 toneladas de peso total.

O sector energético na Lunda Norte

Actualmente, 17 mil e 950 clientes, dos quais 13.250 no sistema pós-pago e 4.700 pré-pago, beneficiam de energia eléctrica da rede pública no município de Chitato, através de uma central térmica com 30 megawatts, enquanto os nove municípios do interior são abastecidos com grupos geradores, o que resulta em benefício para cerca de dez mil famílias.

A Lunda Norte, com quase um milhão de habitantes, resulta da divisão da antiga província da Lunda, a 4 de Julho de 1978. Está localizada no nordeste do país e é constituída pelos municípios de Chitato (capital política e económica), Cambulo, Caungula, Cuilo, Cuango, Capenda Camulemba, Lucapa, Lubalo, Lóvua e Xá-Muteba. (ANGOP)++++

Estado tem créditos de kz 430 mil milhões da privatização de activos

Luanda - O Executivo angolano tem a receber ainda 430 mil milhões de kwanzas (Kz) dos Kz 806 mil milhões das vendas dos 41 activos alienados, no âmbito do Programa das Privatizações (Propriv), em curso desde 2019, informou hoje o administrador do IGAPE, Augusto Kilekemala.

Segundo o gestor, continua a registar-se incumprimentos no cronograma de pagamento, por parte de empresas que venceram os concursos. O administrador do Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (IGAPE), que falava num webinar, referiu que agora existe um total de 139 activos, dos 195 previstos, após ajustes feitos em Fevereiro deste ano, com

a retirada de 70 empresas do sector das pescas artesanal e o acréscimo de outras 14 ao pacote actual. Entretanto, deixou claro que nem todos os activos foram vendidos, porque alguns passaram para gestão privada. É o caso das três indústrias têxteis (Nova Textang II, África Têxtil, e a Comandante Bula (x-Satec),

A ministra das Finanças, Vera Daves, já se pronunciou, recentemente, sobre estes incumprimentos, tendo ponderado o recurso do Estado à arbitragem ou envolvimento dos órgãos de Justiça.

Ainda sobre o assunto, o administrador do IGAPE, Augusto Kalikemala, disse que o processo de rescisão de contrato leva muito tempo e que vão trabalhar com os adjudicatários para cumprimento das obrigações.

"Se os activos estiverem a ser explorados, teremos uma maior flexibilidade com os investidores, alargando o prazo para o cumprimento", aventou Augusto Kalikemala. Acrescentou que, enquanto não houver um incumprimento efectivo terão o cuidado de manter a informação, para não prejudicar os esforços que estão a ser feitos pelas empresas.

Das 31 empresas de referência nacional, foram privatizadas seis, outros 12 activos, dos 32 previstos, três da esfera da Sonangol, dos 50 em agenda e 17 unidades industriais da Zona Económica Especial Luanda-Bengo, das 30 indústrias por alienar. Estão em processo de privatização, as participações no Banco BAI, Caixa Angola, os activos da Sonangalp, Multitel, Cimangola e o projecto agro-industrial Aldeia Nova.

Esta em concurso a venda do banco BCI, a alienação parcial da ENSA-Seguros de Angola, a Net-One, e a cessão de direitos de exploração e gestão para os hotéis Infortur. (ANGOP)++++

Polícia regista mais de oito mil casos de violação das fronteiras nacionais

Luanda - Mais de oito mil casos de violação das fronteiras nacionais foram registados, no primeiro semestre deste ano, pela

Polícia de Guarda Fronteira (PGF), mais 2.350 ocorrências em relação a 2020. De acordo com o comandante da Polícia de Guarda Fronteira, comissário-chefe Francisco Paiva, que falava durante a cerimónia alusiva ao 43º aniversário da corporação, no período em análise foram detidos 45 mil e 575 cidadãos de diversas nacionalidades, por entrada ilegal no território nacional.

Conforme o oficial, as fronteiras mais críticas são as das províncias de Cabinda, Zaire, Lunda Norte, Moxico, Cuando Cubango e do Cunene.

"Os cidadãos que violam as nossas fronteiras têm como motivação a procura de bens e serviços, o garimpo e tráfico de diamantes, contrabando de combustível e de mercadorias diversas, pesca, caça furtiva, entre outros", salientou.

Francisco Paiva acrescentou que, em fase de pandemia, a corporação tem registado o aumento de casos de contrabando de combustível e de produtos da cesta básica nas fronteiras com a RDC, Zâmbia e Namíbia.

A PGF é um dos ramos da Polícia Nacional que tem por vocação garantir a ordem, segurança, tranquilidade públicas e a inviolabilidade das fronteiras angolanas. (ANGOP)+++

JORNAL DE ANGOLA

On Line

SEXTA - FEIRA, 27 DE AGOSTO DE 2021

País deve escalar 24 pontos para atingir transparência orçamental

Angola precisa subir 24 pontos para atingir os níveis considerados suficientes de transparência do Orçamento Geral do Estado (OGE), segundo o oficial de programas sénior do International Budget Partnership Alexandre Ciconello.

Ao falar, ontem, num seminário sobre "Transparência e Participação na Elaboração do Orçamento", promovido pelo Ministério das Finanças no quadro do programa "Descomplicar o OGE", Alexandre Ciconello afirmou que Angola ainda não atingiu níveis de transparência suficientes, "mas está no bom caminho" considerando os avanços dos últimos anos.

No ranking do "Inquérito sobre o Orçamento Aberto de 2019", Angola evoluiu para 36 pontos, abaixo dos 60 considerados suficientes, de acordo com os dados citados pelo também membro da Pesquisa de Orçamento Aberto (OBS, sigla em inglês) que também dizem que o país evoluiu de 26 pontos, em 2010, para 36, em 2019.

O próximo inquérito sobre transparência do OGE, uma pesquisa realizada com periodicidade bienal, será publicado em Abril de 2022, tendo em consideração a evolução e prazos de publicação das contas públicas, até 31 de Dezembro de 2020.

No espaço reservado para perguntas dos internautas, que participaram no seminário, realizado online, Alexandre Ciconello foi questionado sobre as medidas que Angola pode tomar para melhorar a posição na transparência do orçamento, apontando como um paradigma para soluções do género, a Lei de Directrizes Orçamentais, adoptada pelo Brasil.

Essa lei estabelece, entre outras medidas, os parâmetros macroeconómicos e as prioridades de investimento público no período seguinte, o que possibilita que as unidades orçamentais discutam de forma exaustiva antes de o OGE ser apresentado como proposta.

"Orçamento é um universo de informações sobre receitas fiscais e outros documentos que é difícil para o cidadão entender, mas há coisas básicas que tornam possível apresentar de forma mais clara todos os dados dos ministérios", disse a fonte.

"O Orçamento", prosseguiu, "deve estar ligado às políticas públicas e a um Plano Nacional de Desenvolvimento e produzir as informações orçamentais que permitam ao cidadão, ao

economista, bem como à academia entender que aquele valor que está a ser alocado naquela acção, está ligado a um objectivo ou política, com metas e indicadores precisos".

Considerou importante o Orçamento do Cidadão e os relatórios trimestrais apresentados pelo Governo, mas aconselha a serem criados relatórios mensais e a publicação de informações numa plataforma de consulta de fácil acesso.

A directora nacional do Orçamento do Estado, Nicola Mvuayi considerou a literacia financeira formal (inserção de matérias de finanças públicas desde o ensino secundário), o maior desafio para a eficácia da participação na elaboração do OGE.

Para a directora, o nível aceitável de educação da população é fundamental para que o cidadão tenha uma participação activa e contribua de forma mais efectiva na elaboração do OGE.

O seminário é o segundo de seis previstos com a parceria da Agência das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), com o objectivo de promover o diálogo aberto e transparente com os cidadãos, especialistas e parceiros de diversas áreas de actuação, visando uma reflexão sobre questões de finanças públicas, no sentido de reforçar o exercício da cidadania com uma população melhor informada sobre a gestão do erário.

Os seminários "Descomplicar o OGE" prosseguem com transmissões no Facebook e YouTube do MINFIN. No dia 21 de Setembro, será debatido "O Programa de Investimentos Públicos e o Sector da Educação". (J.A)++++

Governo emprega financiamento do FMI na contenção da inflação

O desembolso de 1 007 milhões de dólares do Fundo Monetário Internacional (FMI) a favor de Angola, anunciado, quarta-feira, pelo Ministério das Finanças (MINFIN), destina-se a complementar os activos e os níveis de reserva, de forma a evitar a estagnação, bem como a conter os níveis de inflação na economia dos países membros.

Não se trata de um novo empréstimo do FMI ao país, adianta o comunicado em que o MINFIN revela o empréstimo como sendo, antes, uma resposta do FMI ao apelo lançado pela comunidade internacional no âmbito da Cimeira de Paris, realizada no passado dia 18 de Maio.

O apelo foi emitido com vista à mobilização de "um pacote de ajuda massiva para os países, em particular os países africanos, no contexto do impacto da pandemia da Covid-19 e lançar as bases de um novo ciclo de crescimento, passando por uma maior inclusão do sector privado", explica o comunicado do MINFIN.

Natureza do crédito

No documento, o MINFIN torna claro que o presente empréstimo não é um financiamento adicional no quadro do Programa de Financiamento Ampliado (EFF, sigla em inglês), que o Governo e o FMI concluem em Dezembro, no fim de três anos e de desembolsos totais de cerca de 4,5 mil milhões de dólares no último mês do ano.

Por essa razão, prossegue, o uso desses recursos é incondicional, significando que os países membros do Fundo, incluindo Angola, não têm de cumprir nenhum requisito específico para aceder à sua parte correspondente nesta alocação.

"Com esses recursos, o Executivo de Angola continuará a promover a resiliência e a estabilidade da economia, fortalecer a posição externa e redinamizar a rápida recuperação económica do país", declara o comunicado.

Como reconhecimento, o Governo angolano elogia o FMI pelo elevado empenho na materialização desta mobilização geral de Direitos Especiais de Saque (DES), por representar o reforço à liquidez da economia global e o fortalecimento da capacidade de resposta de políticas de todos os países, em particular de Angola, num contexto onde todos enfrentam diversos desafios e precisam de combater um adversário comum, como é a pandemia da Covid-19.

"O Executivo reitera o compromisso com a transparência e prestação de contas e afirma o empenho no uso rigoroso desses recursos para o melhor benefício dos angolanos, ao mesmo tempo que irá reforçar as almofadas para lidar com choques, num contexto onde a situação macroeconómica continua a demandar medidas de consolidação fiscal", lê-se no comunicado do MINFIN.

De acordo com o Ministério das Finanças, a recente Alocação Geral de Direitos Especiais de Saque (DES ou SDR na sigla em inglês) realizada pelo FMI, aprovada pelo Conselho de Governadores a 6 de Agosto de 2021, tem um montante global equivalente a 650 mil milhões de dólares, ou 456 mil milhões DES. Esses recursos, prossegue, foram distribuídos de modo uniforme entre os países membros do FMI, a uma proporção de 95,84 por cento da quota de cada um.

A nota explica que, do total de 650 mil milhões de dólares, 375 mil milhões foram alocados às economias avançadas e 275 mil milhões às emergentes e em desenvolvimento, incluindo o total de 21 mil milhões para os países de rendimento baixo.

O DES, que é a unidade monetária do FMI, tem uma cotação publicada diariamente, sendo 41,73 por cento para o Dólar, 30,93 por cento para o Euro, 10,92 por cento para o Yuan, 8,33 por cento para o Iene e 8,09 por cento para a Libra Esterlina. (J.A)++++

Novos donos do BCI são conhecidos em Outubro

O leilão em bolsa, em que o Banco de Comércio e Indústria (BCI) é privatizado, realiza-se a 1 de Outubro, anunciou, ontem, em Luanda, o Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (IGAPE), revelando a pré-qualificação de seis concorrentes de capitais oriundos de Angola e África do Sul.

O administrador do IGAPE, Augusto Kalikemala, avançou a data num seminário "online" sobre o Programa de Privatizações (PROPRIV), durante o qual considerou o BCI uma das empresas de referência a alienar.

O procedimento da alienação do BCI, lembrou, é o leilão em bolsa, depois da qualificação dos interessados e a validação pelo Banco Nacional de Angola (BNA), desenrolando-se em várias fases.

"Inicialmente, foram apresentadas 16 propostas não vinculativas, das quais seis foram pré-qualificadas de acordo com a informação prestada, os requisitos do BNA e os resultados de um processo abrangente de 'due dilligence', ainda a decorrer, que avalia a capacidade financeira", afirmou Augusto Kalikemala ao definir o estágio da operação.

Em breve, os seis candidatos com propostas vinculativas vão saber se são ou não admitidos a leilão, anunciou o administrador, notando que manifestaram interesse instituições sul-africanas, inglesas, quenianas e europeias, mantendo-se na corrida angolanos e sul-africanos.

O administrador declarou que o Estado obteve um encaixe de 366 mil milhões de kwanzas com a alienação de 41 dos 139 activos listados para a privatização depois de uma actualização em Fevereiro, quando foram excluídos do programa 70 empresas da pesca artesanal e acrescentadas 14.

De acordo com Augusto Kalikemala, os 366 mil milhões de kwanzas resultaram da alienação de várias unidades industriais, localizadas na Zona Económica Especial Luanda-Bengo, das participações do Estado nas empresas cervejeiras e de activos imobiliários da Sonangol.

Em termos de contratos celebrados, os 41 activos renderam cerca de 806 mil milhões de kwanzas, revelou Augusto Kalikemala, sublinhando que as três fábricas têxteis, estão avaliadas em mais de 250 mil milhões de kwanzas.

Curso do programa

Até ao final deste ano, o Executivo prevê lançar vários concursos para privatização de 112 empresas, com Augusto Kakilemala a destacar a seguradora ENSA, onde os procedimentos foram iniciados, hotéis da Infotur, 16 unidades industriais da Zona Económica Especial, da participação de 10 por

cento que o Estado detém no banco BAI e dos 25 por cento no Caixa Angola, estes dois últimos, por leilão em bolsa. Nesta altura, decorre a preparação da venda dos 51 por cento que pertencem ao Estado na empresa de distribuição de combustíveis Sonangal, também através de uma oferta pública inicial.

O responsável do IGAPE anunciou, para breve, a realização de um concurso, para alienação de activos exclusivamente para empresários nacionais, instando-os a "estarem preparados" e a recorrerem à banca em caso de necessidade de capitalização para enfrentar o processo. (J.A)++++

INADEC acompanha queixas sobre demora no registo predial

O Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC) vai, a partir de agora, fazer o acompanhamento das reclamações que têm sido feitas sobre a morosidade nas respostas aos pedidos de registos prediais enviados ao portal de denúncias dos Serviços Públicos Electrónicos do Governo de Angola (SEPE).

Esta decisão surgiu no âmbito de um protocolo tripartido, assinado ontem, em Luanda, entre o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos (MINJUSDH), Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC) e o Instituto Nacional de Fomento da Sociedade da Informação (INFOSI).

O chefe de Departamento de Estatística Vitais da Direcção de Identificação do Registo e Notariado, Israel Nambi, disse que o período normal para se responder a um pedido de registo predial nas conservatórias é de oito dias no máximo.

Explicou que, se no período estipulado por lei, o cidadão notar que não lhe foi dado qualquer resposta, pode recorrer ao SEPE, para denunciar a morosidade do processo e, por sua vez, o INADEC vai reportar ao Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, com vista a dar o devido tratamento.

Israel Nambi realçou que, apesar do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos ser o responsável dos registos, a supervisão das denúncias e reclamações dos actos dos Serviços

de Registo Predial devem ser feitas por entidade externa à Direcção Nacional de Identificação, Registos e Notariado. O chefe de Departamento de Estatística Vitais da Direcção de Identificação do Registo e Notariado frisou que o INADEC, por ser uma entidade superintendida pelo Ministério da Indústria e Comércio, tem, também, a vocação de acompanhar as denúncias e reclamações dos cidadãos.

Em relação à presença do INFOSI, Israel Nambi disse que a instituição é encarregue de dar o suporte tecnológico e assistencial às entidades públicas e ser a provedora do SEPE. No âmbito do referido protocolo, realçou que as três instituições devem cooperar e prestar o apoio institucional necessário, de acordo com as regras e procedimentos vigentes, colaborando, assim, na solução das preocupações apresentadas pelos cidadãos ao SEPE. (J.A)++++

Ministra alerta docentes para formação contínua

A ministra do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação, Maria do Rosário Sambo, exortou, em Cabinda, os docentes universitários para apostarem na formação contínua, no sentido de acompanharem as actuais dinâmicas dos processos de ensino, aprendizagem e investigação científica.

Maria do Rosário Sambo, que trabalhou, recentemente, na província mais ao Norte do país, realçou que só com essa dinâmica a formação universitária poderá alcançar indicadores satisfatórios na formação de quadros a nível de graduação e pós-graduação.

"O tempo em que o professor era um mero repetidor de conhecimentos e o aluno um mero receptor de conhecimentos está ultrapassado. Hoje, estamos numa era em que o curricular escolar é feito de acordo às necessidades das populações e das localidades onde estão inseridas as instituições", disse.

A ministra referiu que, hoje, a necessidade de inserir instituições de ensino superior em cada região do país deve definir o tipo de perfil do indivíduo que se pretende formar para

a sociedade. Maria do Rosário Sambo realçou que, se o país quiser destacar-se entre os Estados da região Austral ou do continente, as universidades angolanas devem procurar alinhar-se aos padrões internacionais, adequando-os à realidade angolana.

A ministra reconheceu as dificuldades que o ensino superior no país enfrenta, quer a nível das condições das infra-estruturas quer da investigação científica. Por isso, no quadro do Plano Orçamental para o Ministério, estão a ser feitos esforços para inverter esse quadro.

Em Cabinda, a governante visitou as instalações do Campus Universitário do Caio, cujas obras iniciam dentro de dias. Esse complexo vai albergar as faculdades de Economia e Direito, bem como o Instituto Superior de Ciências da Educação. Para o presente ano lectivo, a Universidade 11 de Novembro inscreveu 5.227 candidatos para o preenchimento de 647 vagas. (J.A)++++

MINTTICS realiza Conselho Consultivo com o foco na integração

O Ministério das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social (MINTTICS) realiza nesta sexta-feira (27) o primeiro Conselho Consultivo Sob o signo "Tecnologias de informação, Comunicação Social, melhor integração mais desenvolvimento".

De acordo com o director Nacional de Informação e Comunicação Institucional do MINTTICS, António de Sousa, o evento vai servir de introspecção e balanço sobre as actividades desenvolvidas pelo pelouro.

"Vamos realizar debates e reflectir sobre os desafios e avanços no sector. Estarão presentes, além de membros de direcção do Ministério, associações profissionais, entre outros parceiros", adiantou.

Debates

A expansão e cobertura nacional dos serviços de telecomunicações e da comunicação social, rede nacional de

banda larga, projecto Angosat 2, modernização, recursos humanos e formação constam dos temas em debate. (J.A)++++